

Pierre Bourdieu e o neoliberalismo

Renato Gomes Vieira

Doutorando no Programa de Sociologia da UFG. Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás

renatinhogom@gmail.com

José Elias Domingos Costa Marques

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Doutor em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais da UFG.

jedomingos27@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo trata de analisar a visão de Bourdieu sobre o avanço das forças neoliberais no ataque ao Welfare State, disseminando a precarização, flexibilização e sofrimento a vida da maior parte da população. Para tanto procura ligar sua análise do neoliberalismo com seus principais conceitos: campo, capital, habitus, e violência simbólica. Destaca para esta ação a análise do campo político. Ao final tece algumas considerações críticas sobre sua abordagem.

Palavras-chave: Campo político. Habitus. Neoliberalismo.

Pierre Bourdieu and neoliberalis

Abstract

This paper analyzes Bourdieu's understanding of the progression of neoliberal forces in the attack on the Welfare State, spreading precariousness, flexibility and suffering in the lives of the majority of the population. In order to do so, it seeks to link the author's analysis of neoliberalism with his main concepts: field, capital, habitus and symbolic violence. An analysis of the political field is essential to our study. Towards the end, some critical remarks are made about Bourdieu's approach.

Keywords: Political field; habitus; neoliberalism.

Quanto mais velho fico, mais me sinto inclinado ao crime.

Não se pode contar com os patrões, os bispos ou os jornalistas para elogiar a cientificidade de trabalhos que desvelem os fundamentos

ocultados de sua dominação e para trabalhar com o objetivo de divulgar seus resultados. (Pierre Bourdieu)¹.

Nos últimos anos de sua vida, encerrados em janeiro de 2002, a carreira intelectual, produtiva e fértil do sociólogo Pierre Bourdieu, deslocou-se para um acento político mais intenso, com suas contundentes intervenções políticas no cenário francês e mundial.

Num embate com as forças conservadoras, Pierre Bourdieu colocou sua perspicácia político-social para um combate a onda neoliberal que assolou o cenário mundial na década de 1980 e de 1990.

Buscaremos compreender a especificidade da intervenção política de Bourdieu contra as forças do mercado, especialmente em suas últimas obras de combate, o *Contrafogos 1 e 2*, fazendo o enlace com seu grandioso edifício teórico sociológico, construído nos seus anos de dedicação à carreira acadêmica.

Bourdieu constrói sua concepção contra o neoliberalismo dentro de seu modelo de compreensão explicativo de sociedade, no qual os conceitos sociológicos estarão presentes no entendimento deste poderoso movimento dominante nas últimas décadas do século passado, mesmo que nestes textos de combate, não faça menção a todo o momento aos seus conceitos fundamentais.

Este artigo pretende, então, mostrar os conceitos fundamentais deste autor para entender a sociedade, analisar sua perspectiva sobre o neoliberalismo dentro do campo político e por fim esboçar algumas críticas a sua visão geral sobre o tema e aos limites de sua atuação, entendendo estas como resultado de sua arquitetura teórica.

Conceitos fundamentais

A sociedade é cortada por relações de força e dominação, quase sempre desconhecidas pelos indivíduos que sofrem um processo de violência material e simbólica. Toda sociologia de Bourdieu é perpassada pela preocupação em desvendar os fundamentos ocultos da dominação e do poder, e para tanto elabora alguns

¹ A primeira citação está no *Le Monde*, 8 de maio de 1998. A segunda em BOURDIEU (1979) *apud* ENCREVÉ & LAGRAVE, 2005, p. 330.

conceitos fundamentais para realizar esta tarefa. Destacaremos aqui os conceitos de campo, *habitus*, capital e violência simbólica.

Um campo pode ser definido como um local de disputa e luta entre os diferentes agentes, pelo que é considerado importante no campo, e, portanto, será sempre um espaço de conflitos e de concorrência para o estabelecimento do monopólio sobre a espécie específica de capital importante para o campo em estudo. Como coloca Bourdieu:

Em termos analíticos, um campo pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação (*situs*) atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo e, ao mesmo tempo, por suas relações objetivas com as outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc.). Nas sociedades altamente diferenciadas, o cosmo social é constituído do conjunto destes microcosmos sociais relativamente autônomos, espaços de relações objetivas que são o lugar de uma lógica e de uma necessidade específicas e irreduzíveis às que regem os outros campos. (BOURDIEU *apud* BONNEWITZ, 2003).

O campo pode ser visto assim como um espaço na sociedade que tem uma estrutura própria, com certa autonomia em relação a outros campos sociais. Mas suas características distintivas podem ser observadas pelo seu objetivo, funcionamento e estruturação específicos. Desta forma cada campo possui suas disputas e hierarquias internas, seus princípios e seus atores próprios (MARTINS, 1987).

Temos que analisar a sociedade como constituída por diversos campos, cada um composto por sua especificidade, luta própria e sua autonomia, daí a existência de vários campos: da política, da economia, o artístico, o educacional, etc.

Cada participante do campo deve “jogar” segundo as regras do campo do qual participa. Estas regras dos diferentes campos são formadas por um longo processo de especialização e de autonomização a que nos referimos anteriormente. Mas para participar deste conflito deve-se possuir o capital específico de cada campo. Logo podemos constatar as diferenciações sendo formadas dentro de cada campo, entre

aqueles dominantes que possuem mais capital e os dominados que possuem menos. Antes de prosseguirmos definamos capital:

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Essas ligações são irredutíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento dessa proximidade. (BOURDIEU, 1998, p. 67).

Assim, para cada campo é preciso acumular um grande “estoque” de capital. No campo econômico, temos a apropriação de bens materiais como seu fundamento. No campo educacional a posse de títulos acadêmicos, no campo político a posse de posições no poder, etc. Assim o acúmulo deste tipo de relações impõe um comportamento a todos os participantes do campo na busca por este tipo de capital, como forma de manter as relações assimétricas de poder, ou transformá-las.

Os agentes que entram num campo específico são forçados desta forma, a jogar de acordo com as regras estabelecidas, embora possam lutar para alterá-las, pois, em cada campo é possível mutações.

Neste ponto é preciso introduzir outro conceito “estratégico em seu esquema explicativo para articular a mediação entre estrutura e ator social, que é a noção de *habitus*” (MARTINS, 1987, p. 39), que permitirá compreender regularidades, harmonias e sentido em algumas ações humanas.

A prática é, ao mesmo tempo, necessária e reativamente autônoma em relação à situação considerada em sua imediatidade pontual, porque ela é o produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus* – entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas, que permitem resolver os problemas da mesma forma, e às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidos por esses resultados. Princípio

gerador duravelmente armado de improvisações regradas (...). (BOURDIEU, 1983, p. 65).

O *habitus* representa a sociedade incorporada no indivíduo, isto é, os princípios específicos de cada campo reelaborados constantemente na estrutura mental de cada pessoa, através de um processo contínuo de socialização do indivíduo, de acordo com as suas experiências, permitindo aos indivíduos lidarem com situações imprevistas ou em mutação.

O *habitus*, assim, provoca ações dos indivíduos (pensar, agir, julgar, refletir), tanto quanto orienta as práticas individuais e coletivas. Através do *habitus*, constrói-se um mundo de senso comum, “*habitus* é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação – o que chamamos no esporte, o senso do jogo, arte de *antecipar* o futuro do jogo, em esboço, no estado atual do jogo.” (BOURDIEU, 1996, p. 42). No conceito de *habitus* procura-se mostrar como o exterior é interiorizado, como as estruturas sociais mais amplas são internalizadas, socializadas pelas experiências da maioria das pessoas, quando elas “aprendem” os valores e as formas de perceber o mundo e predispõem o agente a agir de tal forma, normalmente reproduzindo a sociedade dominante, ou “o duplo processo de interiorização da exterioridade e exteriorização da interioridade”. (BOURDIEU, 1983, p. 47).

É importante salientar que Bourdieu não descarta a possibilidade da mudança, que pode ocorrer quando ocorre um descompasso entre as condições de produção do *habitus* e as condições do seu funcionamento. Ou quando o *habitus* e a estrutura social não coincidem, possibilitando o surgimento de novas alternativas, com as lutas dentro de cada campo que opõem os dominantes e os dominados.

Outro elemento importante na visão sociológica de Bourdieu é a violência simbólica. Para Bourdieu, a sociedade vive permanentemente em conflito, cuja origem não é somente econômica. A dominação é também simbólica, e está presente em todos os campos. O capital simbólico, isto é, as outras formas de capital interpretadas como legítimas, torna aceitável as diferenças de posição entre os agentes ao naturalizá-las e retirar delas sua arbitrariedade. Trata-se do processo de naturalização de toda a dominação. O poder simbólico obtido através da posse deste tipo de capital significa a capacidade de instituir divisões e criar grupos que sejam aceitos pela sociedade.

Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força. (BOURDIEU; PASSERON, 1975, p. 19).

Nesta primeira formulação, a violência simbólica é a aceitação dos princípios de percepção, classificação e hierarquização dos dominantes pelos dominados, camuflando e naturalizando a dominação. Os dominados passam a atuar de acordo com estes princípios, corroborando-os e reforçando-os na sua tentativa de se encaixar neles. Nas palavras do sociólogo:

A violência simbólica é, para falar tão simplesmente quanto possível, essa forma de violência que se exerce sobre um agente social com a sua cumplicidade (...) é o fato de aceitar esse conjunto de pressupostos fundamentais, pré-reflexivos, que os agentes avalizam, pelo simples fato de tomar o mundo como óbvio, isto é, como ele é, e de achá-lo natural porque eles lhe aplicam as estruturas cognitivas que são originárias das próprias estruturas desse mundo. Por termos nascido num mundo social, aceitamos um certo número de axiomas, que são óbvios e não requerem condicionamento. (BOURDIEU *apud* BONNEWITZ, 2003, p. 99-100).

Desta forma a violência não aparece como violência, pois são percebidas pelos agentes sociais como importantes para configuração da vida social, provocando assim um reforço das estruturas de poder. O processo vai ter mais sucesso quanto mais os indivíduos desconhecerem os mecanismos pelos quais é produzida esta forma dissimulada e naturalizada de violência, quando não conseguirem perceber a origem das representações e visões sociais.

Campo político

Esta digressão feita até aqui, sobre os conceitos basilares da obra de Bourdieu, é necessária porque se trata de entender como a sua sociologia de combate compreende a ofensiva neoliberal, especialmente nos seus últimos escritos, na busca de identificar aquelas noções centrais de sua sociologia. Sua análise da política neoliberal, que invade o mundo, só é melhor compreendida dentro de sua arquitetura teórica.

Frente a esta tarefa acreditamos que a melhor opção para a análise de sua obra de explicitação da nova ordem econômica de mercado é entendê-la dentro da lógica

do campo político². Esta é a melhor referência para seu entendimento, especialmente porque o sociólogo francês busca, antes de qualquer coisa, elaborar táticas (políticas!) para arregimentar um novo movimento social para o enfrentamento a poderosas forças que querem transformar o mundo num grande mercado globalizado, onde importa mais o lucro do que a felicidade das pessoas.

Na sociologia de Bourdieu o campo político, este microcosmo do mundo social, é dividido entre os profissionais e os profanos. Os primeiros são aqueles que dispõem de tempo livre e capital cultural (e econômico) para se dedicar mais integralmente ao mundo da política e toda vez que as rígidas fronteiras deste campo são quebradas

[...] o campo midiático-político se mobilizou (...) para combater esta barbárie radical que consistia em por em questão o pressuposto fundamental, a saber, que só os políticos podem falar de política. Só os políticos tem competência (uma palavra muito importante, simultaneamente técnica e jurídica) para falar de política (BOURDIEU, 2011, p. 197).

Com a ofensiva neoliberal esta proposição se torna mais clara. Só os “competentes”, jornalistas, economistas, intelectuais e empresários que defendem o mercado globalizado são aqueles autorizados a expressar pontos de vista sobre a direção política que o mundo deve tomar para a saída da crise que se iniciou na década de 1970. Os “profanos” são todos aqueles ligados aos movimentos sociais e intelectuais “universais” ou “coletivos” que colocam em xeque esta perspectiva que só aumenta o sofrimento e a precarização social, por que:

[...] o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar da produção. (BOURDIEU, 1989, p. 164).

² Dentro da visão de campo de Bourdieu, poderíamos fazer também a opção de trabalhar o neoliberalismo dentro do campo econômico. Mas acreditamos que o enfoque dentro da perspectiva do campo político se coaduna mais com o espírito dos seus escritos tomados como referências, já que em grande medida, a maioria dos textos é de intervenção em busca de uma resposta política de oposição às forças de mercado.

Este investimento do campo político tem como um dos seus motivadores a detenção do poder político, principalmente do Estado. O Estado é, em sua concepção, o detentor privilegiado do senso comum, instância oficial legitimadora que monopoliza, em algum grau, a violência simbólica, constituindo-se como tal através de diversos capitais no seu processo de construção. Em consequência, a disputa no campo de poder é em grande parte pelo domínio do poder sobre o Estado.

Um dos principais poderes do Estado é “o de produzir e impor [...] as categorias de pensamento que utilizamos espontaneamente a todas as coisas do mundo, e ao próprio Estado”. (BOURDIEU, 2011, p. 91). O Estado impõe uma visão e divisão do mundo via violência física e simbólica, como nosso autor vai destacar de maneira contundente quando aponta sua análise para este aspecto na difusão do ideário neoliberal que inverte os direitos sociais dos trabalhadores para serem vistos com privilégios. (BOURDIEU, 1998). Vejamos então como isto vai acontecer.

Contrafogos

Os anos de 1980 chegaram marcando um conjunto de transformações políticas e econômicas que expressaram uma série de mudanças no mundo contemporâneo. Essas transformações se referem a mudanças políticas no âmbito do Estado e da sociedade com a ascensão ao poder de uma variada composição partidária defensora de teses neoliberais.

Privatização, desregulamentação, liberalização do comércio e desmantelamento de direitos e políticas sociais tomaram conta do mundo material e simbólico provocando modificações essenciais, implementadas quase sempre por coligações de direita ou de centro-direita, que ficaram conhecidas como neoliberalismo, mas contaram igualmente com a ajuda de coligações eleitorais ditas de esquerda ou socialdemocratas, que se espalharam pelo mundo a partir da ascensão ao governo inglês e norte-americano de coalizões conservadoras no final da década de 70. (HARVEY, 2008).

O Estado vai sofrer então, particularmente os Estados europeus do *Welfare State*, sob os influxos das políticas de cunho neoliberal, um encolhimento de sua participação na sustentação de medidas e ações de cobertura social e seguridade. Em consequência

disso, houve um processo de privatização e desregulamentação das empresas estatais e legislação social respectivamente, que causou um aumento da miséria e da exploração da força de trabalho humana, em muitos casos similares à época do início da revolução industrial. (BOURDIEU, 1998).

Na França surge um foco de resistência em grande escala contra as políticas do neoliberalismo. As greves do setor público de 1995 serão uma grande barreira para aplicação dos programas de “reformas” de livre mercado propostas pelas coalizões conservadoras e muito contribuiram para uma resistência à aplicação destas medidas. Em oposição aos variados governos, de todas as colorações partidárias que buscavam a implementação das políticas de cunho neoliberal, configurou-se um poderoso movimento social com a presença de inúmeras organizações, assim como intelectuais, dentre estes, com grande destaque, teremos a presença de Pierre Bourdieu.

Desde as greves de 1995 até sua morte em janeiro de 2002, Pierre Bourdieu emprestou seu enorme prestígio como intelectual francês à luta contra o neoliberalismo. Junto a “*Raisons d’agir*”³, um grupo de acadêmicos-ativistas, lançou uma coleção de livros breves, que incluía dois volumes de ensaios polêmicos do próprio Bourdieu, *Contrafogos* e *Contrafogos 2*, que desferiram um poderoso ataque a visão material e simbólica de mundo dos novos liberais.

São ensaios proferidos em escolas e nas greves, nos quais um acento permanente é colocado: as políticas neoliberais buscam destruir uma série de políticas sociais, como a da seguridade e assistência social, que atendem a um amplo espectro da população. Na visão de Bourdieu estas políticas se constituíram ao longo de décadas em um importante instrumento do Estado de bem-estar social que permitiram combater as desigualdades provocadas pelo livre funcionamento do mercado. O neoliberalismo é um conjunto de medidas sociais e políticas tomadas por coligações (compostas pelos mercados financeiros, pelas grandes empresas multinacionais, pelo Banco Mundial, pelo FMI, pela OMC, pelas grandes empresas de consultoria – *think tanks* –, pelos jornalistas e intelectuais, pelos partidos de direita) que querem substituir aquele Estado social, pelas forças “cegas” do mercado. Portanto, é importante se

³ Trata-se do nome de uma editora e uma coleção criada por Bourdieu, com uma série de livros polêmicos.

levantar “contra a destruição de uma civilização, associada à existência do serviço público, a da igualdade republicana dos direitos, direito à educação, à saúde, à cultura, à pesquisa, à arte, e, acima de tudo, ao trabalho”. (BOURDIEU, 1998, p. 37)

Bourdieu claramente mostra, em consonância com sua teoria, a utilização da violência simbólica para encobrir a realidade neoliberal, naturalizando e transformando em senso comum (*doxa*) as políticas de mercado, por uma ampla coligação de forças conservadoras e liberais com um poder colossal:

[...] o poder dos agentes e dos mecanismos que dominam atualmente o mundo econômico e social repousa em uma concentração extraordinária de todos os tipos de capital, econômico, político, militar, cultural, científico, tecnológico, fundamento de uma dominação simbólica sem precedente que se exerce, sobretudo através do domínio das mídias, elas próprias manipuladas não raro à sua revelia, pelas grandes agências internacionais e pela lógica da concorrência que as opõe. (BOURDIEU, 2001, p. 61).

O novo poder será muito poderoso, pois concentra os poderes econômicos, políticos e simbólicos e impõe um *habitus* próximo de “verdades” que se transformam em senso comum, de que o mercado é o melhor mecanismo para resolver os difíceis e complexos problemas da sociedade, e o indivíduo é responsável por esta realização e por seu sucesso e colocação no mercado. Por isto uma nova linguagem toma conta do mundo aparentemente representando os novos tempos, mas, imposta por estes poderosos grupos: desregulamentar, privatizar, liberdade das trocas, competitividade, criatividade, mercado livre, etc. (BOURDIEU, 2001, p. 95-96).

Na crítica de Bourdieu à ofensiva neoliberal se destacam três aspectos de suma importância. Em primeiro lugar, o neoliberalismo é um projeto político que busca converter os principais postulados econômicos neoclássicos em uma realidade efetiva que converta o Estado social, construído no final da Segunda Guerra Mundial, às forças da “mão invisível” do mercado e isto é uma ação política de um amplo arco de forças dentro do campo político:

Ela assume, pois a forma de uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer. Que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os “poderes públicos” (as administrações do Estado). Nas democracias parlamentares [...] é também uma luta para manter ou

subverter a *distribuição de poder sobre os poderes públicos* (ou, se se preferir, pelo monopólio do uso legítimo dos recursos políticos objectivados, direito, exército, polícia, finanças públicas, etc.). (BOURDIEU, 1989:174).

Logo a insistência de Bourdieu sobre a luta contra a dominação simbólica, colocada de forma repetitiva no *Contrafogos*, com o alerta para que os movimentos sociais, os sindicatos e os intelectuais atentem e se mobilizem para esta difícil luta.

Toda a análise da luta política deve ter como fundamento as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político, para não ser levada a *naturalizar* os mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os ‘agentes politicamente activos’ e os ‘agentes politicamente passivos’ e a constituir em leis eternas as regularidades históricas válidas nos limites de um estado determinado da estrutura de distribuição do capital. (BOURDIEU, 1989: 163).

Não podemos nos esquecer de que na ótica dos campos de Bourdieu, o campo político é um campo de forças e de lutas permanentes. Nesta quadra histórica vamos encontrar, de um lado, aquele conjunto de forças que buscam impor as ideias neoliberais (“profissionais”) e naturaliza-las e, de outro, aqueles que querem manter o *Welfare State*,⁴ (“profanos”) e suas conquistas advindas das lutas sociais, como o universalismo, o igualitarismo, o internacionalismo, e a solidariedade. Nesta luta simbólica e política dentro deste campo, neste “jogo”, cumpre papel importante o “intelectual coletivo”, no sentido de disseminar instrumentos e pensamentos contra a dominação simbólica das forças de mercado. Este papel crítico e negativo deve ser feito sem “abandonar suas exigências e suas competências de pesquisador”. (BOURDIEU, 2001, p. 37).

Em segundo lugar, aponta com grande contundência os promotores e beneficiados desta mudança, citados anteriormente, com um grande poder para executar a conversão da sociedade aos ditames do mercado. Ao mesmo tempo, aponta

⁴ “Estou aqui para oferecer nosso apoio a todos os que lutam, há três semanas, contra a destruição de uma *civilização*, associada à existência do serviço público, a da igualdade republicana dos direitos, direito à educação, à saúde, à cultura, à pesquisa, à arte, e, acima de tudo, ao trabalho.” (BOURDIEU, 1998, p. 37). Esta intervenção foi feita na greve de 1995. Ou então: “Esta nobreza de Estado, que prega a extinção do estado e o reinado absoluto do mercado e do consumidor, substituto comercial do cidadão, assaltou o Estado, fez do bem público um bem privado, da coisa pública, da República, uma coisa sua. O que está em jogo hoje é a reconquista da democracia contra a tecnocracia (...)” (BOURDIEU, 1998, p. 38-39).

os efeitos perversos destas medidas no crescimento da precarização e flexibilidade do trabalho:

A precariedade se inscreve num *modo de dominação* de tipo novo, fundado na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração (...) A instituição prática de um mundo darwiniano que encontra as molas da adesão na insegurança em relação à tarefa e à empresa, no sofrimento e no estresse, não poderia certamente ter sucesso completo, caso não contasse com a cumplicidade de trabalhadores a braços com condições precárias de vida produzidas pela insegurança bem como pela existência – em todos os níveis da hierarquia, e até nos mais elevados, sobretudo entre os executivos – de um exército de reserva de mão-de-obra docilizada pela precarização e pela ameaça permanente do desemprego. O fundamento último de toda essa ordem econômica sob a chancela invocada da liberdade dos indivíduos é efetivamente a violência estrutural do desemprego, da precariedade e do medo inspirado pela ameaça da demissão, a condição do funcionamento “harmonioso” do modelo microeconômico individualista e o princípio da “motivação” individual para o trabalho residem, em última análise, num fenômeno de massa, qual seja, a existência do exército industrial de reserva dos desempregados. Nem se trata a rigor de um exército, pois o desemprego isola, atomiza, individualiza e rompe com a solidariedade. (BOURDIEU, 1998, p. 124 e 139-140).

E, por fim, um elemento fundamental nesta análise de Bourdieu, é a presença do Estado como instrumento utilizado pelos agentes presentes no campo político e econômico na aplicação ou resistência a essas políticas.

Dado que concentra um conjunto de recursos materiais e simbólicos, o Estado tem a capacidade de regular o funcionamento dos diferentes campos, seja por meio de intervenções financeiras (como, no campo econômico, os auxílios públicos a investimentos ou, no campo cultural, os apoios a tal ou qual forma de ensino), seja através de intervenções jurídicas (como as diversas regulamentações do funcionamento de organizações ou do comportamento dos agentes individuais) (BOURDIEU, 1996, p. 96).

Portanto, é importante registrar que o Estado impõe pelos seus instrumentos e dissemina a visão neoliberal que se irradia pelo mundo, a partir dos Estados Unidos, mas que se transmuta em uma visão naturalizada da existência humana, “criando” um *habitus* por intermédio de uma violência simbólica que os dominados devem e precisam conhecer. Porque este *habitus* é aquele em que o neoliberalismo se apresenta como uma inevitabilidade histórica, imposto por uma violência simbólica que

transmuta o léxico: “patronato” vira “forças vivas da nação”, “demissão” vira “cortar gordura” ou “plano social corajoso”, e torna a produtividade e competitividade como os fins últimos da ação humana em sociedade. Essa *doxa* é que aprofunda o sofrimento, a precarização, a flexibilidade, numa verdadeira “miséria do mundo”.

Na visão política de Bourdieu, dentro do “campo político”, as forças em disputa e no jogo, convergem para a luta pelo domínio do Estado, pois:

O Estado é uma realidade ambígua. Não se pode dizer apenas que é um instrumento a serviço dos dominantes. Sem dúvida, o Estado não é completamente neutro, completamente independente dos dominantes, mas tem uma autonomia tanto maior quanto mais antigo ele for, quanto mais forte, quanto mais conquistas sociais importantes tiver registrado em suas estruturas etc. Ele é o lugar de conflitos... (BOURDIEU, 1998, p. 48).

Portanto, o Estado se torna peça chave dentro do campo político e no jogo das forças que querem ganhar o apoio ou anuência dos “profanos” especialmente porque trata-se de ver o estado como possuidor de “uma espécie de metacapital, com poder sobre os outros tipos de capital e sobre seus detentores” (BOURDIEU, 1996, p. 99) e no jogo em disputa. Na visão de Bourdieu, a concorrência está entre duas propostas diametralmente opostas: uma que defende a civilização e outra que está ao lado das forças da globalização e do mercado. Trata-se então de arregimentar forças com capacidade de convencimento, os movimentos sociais e os intelectuais devem se engajar na crítica a esta realidade, usando todo seu capital cultural e/ou científico no desvelamento do mundo darwinista e docilizado do mercado construído nestes últimos anos contra a Civilização.

Limites de Bourdieu

É inegável a importância da presença de Bourdieu na luta contra a corrente política do neoliberalismo e seu projeto de transformar o mundo num vasto mercado mundial sem regulamentações. Ele empresta seu nome a uma causa política, intervindo em acontecimentos e lutas sociais fundamentais, como a greve francesa de 1995, e coloca sua teoria social para a análise deste importante movimento político e econômico, que é a retomada do novo liberalismo. Apesar disto, esboçaremos algumas críticas à visão de Bourdieu.

Callinicos constrói uma crítica à teoria social de Bourdieu (e Giddens) a partir do seguinte postulado: “a capacidade de interpretar esta época é um grande teste para qualquer teoria social que aspire ao estatuto de verdade, que busque se engajar no presente”. (2003, p. 50). Callinicos procura verificar em que medida a teoria social consegue dar conta de explicar esta intensa polarização provocada pelas políticas sociais do neoliberalismo que agudizaram um quadro de forte polarização social.

Trata-se então de compreender o neoliberalismo como um grandioso projeto político de reconstrução da sociedade, com a imposição do mercado como guia mais adequado para a sociedade, causando um profundo sofrimento à maior parte da população francesa e mundial, pois, como mostramos, impõe a insegurança e a precarização como norma.

Bourdieu empresta seu nome à causa da luta contra este fundamentalismo de mercado, se engaja nas manifestações dos movimentos sociais:

[...] ao utilizar o seu capital simbólico e cultural contra o discurso dominante de perícia e competência, opondo ‘um efeito de autoridade a outro efeito de autoridade’, desviando estratégias de dominação para servir aos dominados, ele relegitima um discurso de resistência. (BENSAID *apud* CALLINICOS, 2003, p. 63).

Desta maneira também reconsagra a figura do intelectual engajado e radical, que participa das lutas, mais igualmente desenvolve seu projeto de compreender as formas antigas e modernas da dominação social, e neste ponto aparece à crítica a sua visão:

Suas considerações acerca das forças socioeconômicas que dirigem o neoliberalismo nunca vão além do perfunctório e jornalístico – por exemplo, listas como a dos beneficiários do programa neoliberal citada anteriormente. Bourdieu não procura relacionar o projeto de livre-mercado com a transformação estrutural da economia capitalista discutida por várias teorias do pós-fordismo, tais como a da acumulação flexível, a do capitalismo desorganizado e assim por diante, discussão já desenvolvida e debatida por analistas marxistas – ou que simpatizam com o marxismo – nos últimos quinze anos. (CALLINICOS, 2003, p. 67).

Nesta linha, resta a Bourdieu, a defesa do que chama de Estado social e de medidas que não só atenuem o sofrimento da maior parte da sociedade, mas reverta a onda neoliberal, tais como: controle dos lucros, salário mínimo, combate a corrupção,

imposto contra a evasão de divisas, manutenção dos direitos sociais e das políticas de bem-estar social. Enfim a defesa do pensamento da socialdemocracia europeia ou do *Welfare State* construído na Europa no pós-Segunda Guerra Mundial em torno de keynesianismo.

Callinicos aponta as dificuldades da retomada deste projeto num mundo globalizado, que permite uma mobilidade bem maior do capital financeiro internacional, que consegue então contornar o controle e a intervenção dos Estados nacionais e/ou republicanos como advoga Bourdieu, e cerceia a aplicação das políticas sociais que tanto notabilizaram a socialdemocracia, no seu auge. Questiona desta forma, na época da globalização e do neoliberalismo, a visão de Bourdieu de que existe uma ambiguidade do Estado que abre um campo vasto de intervenção estatal na garantia das conquistas sociais, o que coloca novamente em discussão a retomada do debate estratégico que percorreu grande parte da história moderna do marxismo: “o Estado parlamentar liberal é um instrumento confiável de transformação social?” (CALLINICOS, 2003, p. 72), ou, “até que ponto as estruturas do capitalismo podem tolerar qualquer melhoria sustentável na posição relativa da maioria da classe trabalhadora?”. (CALLINICOS, 2003, p. 82).

Como Bourdieu se afasta do marxismo em muitos pontos de sua teoria acadêmica, encarando-o como uma espécie de determinismo econômico, isto lhe fecha as portas para desenvolver a contento uma teoria mais consistente sobre os rumos do capitalismo na época da globalização.

Há também outro motivo para que tal posição exista na teoria social bourdieuiana, que Callinicos sugere, apesar de não desenvolver muito esta temática, neste artigo⁵. Trata-se de sua concepção teórica sobre os campos sociais. Neles encontramos uma incessante luta por recursos materiais e simbólicos escassos que opõem dentro de cada campo, dominantes e dominados, “entretanto, qualquer subversão às formas reinantes de dominação só produz uma nova forma capaz de impor sua auto representação de modo bem-sucedido”. (CALLINICOS, 2003, p. 80). Em outras palavras estamos presos a uma configuração do campo político, em que no

⁵ A discussão está inserida dentro de um desenvolvimento da questão do intelectual na sociedade, que não faremos referência neste artigo.

máximo podemos trocar os dominantes (das forças do mercado pelos movimentos sociais, dos profissionais pelos profanos) que continuam a manter a lógica do campo, a lógica do jogo, mais não o campo em si. Troca-se a forma de gerir o capitalismo, mais não o capitalismo. Ou nas sábias palavras de Lampedusa: “Algo deve mudar para que tudo continue com está”.

Esta posição parece ser também a de Ortiz (1983) quando nas considerações finais do artigo introdutório a uma coletânea de artigos de Bourdieu, assevera:

Entretanto, para Bourdieu, o princípio da autonomia se encontra estreitamente ligado à ideia de reprodução; pode-se, desta maneira, afirmar que a história do campo é a história que se faz através da luta entre concorrentes no interior do campo. Neste sentido, a História se desvenda como reprodução, pois como considerar o campo, *locus* do consenso, como espaço de transformação? Se as estratégias de subversão são ritualísticas, a História só pode se resumir ao movimento dos atores no interior de um determinado espaço social. (Ortiz, 1983, p. 27).

O campo se autonomiza e suas regras se tornam mais presentes, as lutas e disputas se especificam dentro de cada campo, mais a tendência geral é da reprodução deste campo. Por isto é que todos devem se converter à lógica do campo, ao “jogo” do campo⁶, e assim Bourdieu, de acordo com a sua arquitetura teórica (campo, capital, *habitus*, violência simbólica, etc.) torna-se preso ao que vai chamar de utopia realista ou uma forma de capitalismo social típica da Europa do Estado de Bem-estar social (BOURDIEU, 2001, p. 40).

Isto nos remete a uma discussão sobre a mudança social na obra de Bourdieu. Esta, geralmente ocorre quando há um desajuste entre o *habitus* e o campo social, e, nesta situação, novas condições provocam o aparecimento de outro *habitus*, num processo mais demorado e conflituoso.

Vejamos este processo no campo político, na discussão específica do campo político onde o neoliberalismo desponta. Primeiro com um texto teórico e posteriormente com o texto de combate político.

⁶ Louis Pinto, um analista simpático à sociologia de Bourdieu, aponta (apesar de não concordar com as afirmações acima) com precisão este “jogo”: “À violência simbólica que é a mágica desse desaparecimento a sociologia opõe uma contra violência simbólica presente no ato cognitivo: propõe um modo de visão política que consiste em ver o mundo social (e o próprio campo político) sob o aspecto da reprodução da ordem de posições ou de reprodução das diferenças entre as posições dominantes e as posições dominadas”. (PINTO, 2000, p. 164).

Bourdieu (1996) escreve um texto onde disserta sobre a burocracia e o Estado. Em determinado momento procura entender como as pessoas aderem à ordem estatal. Para entender este movimento, afirma a necessidade de rompermos com a tradição kantiana que analisa tal submissão por meio de estruturas cognitivas, que ele discorda, pois, são disposições inscritas no corpo, portanto, muito mais fortes:

O mundo social esta semeado de *chamados à ordem*, que só funcionam como tais para aqueles que estão predispostos a percebê-los, e que *reanimam* disposições corporais profundamente enraizadas, que não passam pelas vias da consciência e do cálculo (...) A submissão à ordem estabelecida é produto do acordo entre as estruturas cognitivas que a história coletiva (filogênese) e individual (ontogênese) inscreveram no corpos e nas estruturas objetivas do mundo ao qual se aplicam. (BOURDIEU, 1996, p. 117).

Donde se conclui, que essas construções intelectuais que fazem apelo à consciência, kantismo e marxismo, para uma suposta emancipação, libertação, ou simplesmente conhecer o mundo, enfim, se libertar da “falsa consciência” e “tomar consciência”, labutam no vazio. O *habitus* e a violência simbólica são mais profundos no enraizamento do indivíduo a sua adesão a ordem, inscritas nos corpos, mas também, como completa Bourdieu, pela coerência e sistematicidade dos sistemas simbólicos.

Vê-se logo as dificuldades em modificar a ordem dominante, e não é sem propósito que alguns autores apontam que “Bourdieu é capaz de explicar a durabilidade da dominação, mas não sua transformação ou colapso”. (BURAWOY, 2010, p. 103). Porque é difícil modificar *habitus* que se inscrevem duramente nos corpos.

Neste ponto podemos observar uma certa contradição entre os escritos de Bourdieu, que nos referimos acima. Porque quando passa ao campo político como ator engajado, seus discursos reproduzem, na verdade um monte de apelos à consciência dos trabalhadores para que se movimentem na luta em defesa das conquistas sociais. O sociólogo da prática científica distante do senso comum, da *doxa* (ORTIZ, 1983), frente à devastação liberal do *Welfare State*, percorre o campo político, na denúncia das mazelas e contradições do programa neoliberal, os próprios títulos de seus artigos o “denunciam” esta chamada de “consciência”: “Contra a destruição da civilização”,

“Por um novo internacionalismo”, “A precariedade está por toda parte”, “Contra a política de despolitização”, “Por um movimento social europeu”, etc. (BOURDIEU, 1998 e 2001).

Conclusão

O papel de Bourdieu até sua morte nos mais diversos movimentos sociais, com seu engajamento crítico no combate às forças políticas do neoliberalismo foi de uma importância extraordinária. Do ponto mais alto da carreira academia francesa, e de sua proeminência no mundo acadêmico mundial, emprestou seu nome e carreira na luta ao lado daqueles que mais sofreram as agruras da aplicação das políticas insensíveis do mercado nas duas últimas décadas do século passado.

Para além de sua trajetória política, seus conceitos foram e são de extremo valor para se compreender as insidiosas formas de dominação que percorrem o mundo social, mas seguindo suas regras e recomendações para o exercício do ofício de sociólogo, não podemos deixar de apontar seus limites e contradições no espaço deste artigo, especialmente sua visão estreita da mudança dentro dos campos sociais.

Referências

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu.**

Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. **A reprodução.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

_____. Esboço de uma teoria da prática. In: Ortiz, Renato. **Pierre Bourdieu.** Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.

_____. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Difel, 1989.

_____. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Difel, 1989.

_____. Espírito de estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: **Razões Práticas: sobre a teoria da ação.** São Paulo: Papyrus, 1996.

_____. O novo capital. In: **Razões Práticas: sobre a teoria da ação.** São Paulo: Papyrus, 1996.

_____. **Contrafogos -** Táticas para Enfrentar a Invasão Neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. **Contrafogos 2.** Por um movimento social europeu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. **As regras da arte.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. O campo político. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 5, p. 193-216, janeiro-julho de 2011.

BURAWOY, Michael. **O marxismo encontra Bourdieu.** Campinas: Editora Unicamp, 2010.

CALLINICOS, Alex. Testando a teoria social através da política: Pierre Bourdieu e Anthony Giddens. In: **Revista Margem Esquerda**, São Paulo, Boitempo, 2003.

ENCREVÉ, Pierre & LAGRAVE, Rose-Marie. **Trabalhar com Bourdieu.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HARVEY, David. **O neoliberalismo -** história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

LINS, Daniel. (org.). **O campo econômico:** a dimensão simbólica da dominação - Pierre Bourdieu. Campinas: Papirus, 2000.

MARTINS, Carlos Benedito. Estrutura e ator: a teoria da prática em Bourdieu. In: **Educação e Sociedade**, São Paulo, n.º 27, set. 1987.

ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia prática. In: **Pierre Bourdieu.** Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.

PINTO, Louis. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social.** Rio de Janeiro: FGV, 2000.

Submissão: Jan. 2018

Aprovado: Jul. 2018